

## UM ESBOÇO NECESSÁRIO SOBRE A TRAJETÓRIA DO INTEGRALISMO BRASILEIRO – DA AIB AO CIBERINTEGRALISMO (1932 A ATUALIDADE)

Por Renato Alencar Dotta



**Resumo:** O movimento foi fundado pelo brasileiro integralista escritor Plínio Salgado, sob o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB). Anticomunista, antiliberal, nacionalista e fascista tipo de simbologia, AIB chegou a centenas de milhares de seguidores até novembro de 1937, quando ele foi colocado na ilegalidade da ditadura de Vargas, o Estado Novo. Em maio de 1938, numa manobra desesperada, alguns integralistas participaram de uma tentativa de golpe para depor Vargas, sem sucesso. Depois o movimento desapareceu da cena política brasileira até 1945, quando, com a derrocada do Estado Novo, o retorno integralista se deu com o Partido de Representação Popular (PRP). O partido, liderado por Salgado, de 1946, não era tão importante quanto os tempos da AIB, mas teve alguma expressividade em vários momentos, como quando Salgado foi candidato às eleições presidenciais de 1955, atingindo 8% dos votos. Em 1964, o PRP apoiou o golpe militar que derrubou o presidente João Goulart. Após a dissolução dos partidos nos anos seguintes e principalmente após a morte de Salgado em 1975, seus seguidores foram dispersos. Depois de 1980, com a aparição de “tribos urbanas” (os carecas), houve uma limitada vitalidade publicada pela internet.

**Abstract:** The Brazilian integralist movement was founded in 1932 by the writer Plínio Salgado, under the name of Ação Integralista Brasileira (AIB). Anti-communist, anti-liberal, nationalist and with a fascist-kind symbology, AIB reached hundreds of thousands of followers until November 1937 when it was banned by the new Vargas dictatorship, Estado Novo (New State). In May 1938, in a desperate maneuver, they took part in a coup d'état trying to depose Vargas, unsuccessfully. After that, the movement disappeared of Brazilian political scene until 1945, when, with Estado Novo's débâcle, the integralists began to reorganize themselves as the Partido de Representação Popular (PRP - People's Representation Party). The party, presided by

Salgado since 1946, was not so important than AIB times, but was expressive in several moments, like when Salgado was candidate in 1955 presidential elections, reaching 8% of the ballots. In 1964, PRP supported the military coup d'état that deposed president Goulart. After party's dissolution the following year and mainly Salgado's death in 1975, his followers dispersed. As from 1980's integralist ideology knew some limited vitality as being adopted by urban tribes ("carecas") and made public by internet.

"Mas, afinal, para que estudar o integralismo?" Achei que essa seria uma boa maneira de começar um artigo sobre o movimento integralista: parafraseando e adaptando a frase que inicia o clássico livro de Marc Bloch, *Apologia da História*. (BLOCH: 2004, 41). Não que eu aspire a este artigo um status de clássico, comparando-me ao mestre! Longe disso! Mas, sim, por acreditar no potencial provocativo e didático da pergunta. E, sobretudo, por ter sido eu, inúmeras vezes, abordado pela questão.

Pretendo desenvolver aqui um panorama histórico do fenômeno integralista não apenas na década de 1930, seu auge e seu período mais conhecido, mas acompanhar seu desenvolvimento até o início do século XXI que, apesar de bem menos significativo, ele subsiste. A historiografia referente ao integralismo tem tradicionalmente se limitado à Ação Integralista Brasileira (AIB). Nos últimos 15 anos, com a descoberta de novos arquivos e o crescente distanciamento histórico-cronológico desse período, outros momentos têm sido abordados, como a perseguição que sofreram durante a ditadura Vargas, a experiência do Partido de Representação Popular (PRP) - nova roupagem do integralismo no pós-guerra - a participação dos antigos militantes durante o regime militar, bem como suas erráticas tentativas de reorganização a partir da redemocratização.

Tal arcabouço historiográfico tem permitido crescentemente uma necessária visão de conjunto sobre o fenômeno integralista, ideologia e movimento político que pôs o Brasil no mapa da extrema-direita internacional, ao longo do século XX. Não tenho a intenção, contudo, de fazer aqui uma história exaustiva do integralismo, mas um resumo abrangente que localize ao leitor, a trajetória do integralismo dentro da realidade política brasileira e mundial ao longo de toda sua existência.

Para fins didáticos, podemos discernir quatro momentos históricos da trajetória do integralismo: o primeiro, da AIB, de 1932 até 1938; o segundo, da clandestinidade, entre 1938 a 1945; o terceiro, do PRP, de 1945 a 1965; e quarto, que optamos chamar de "declínio e pulverização", de 1965 até os dias de hoje.

Criada num momento em que o Brasil (e o mundo) passava por grandes mudanças estruturais, a Ação Integralista Brasileira foi um dos fenômenos mais importantes da década de 1930. Um de seus aspectos que podemos destacar é a forte presença de intelectuais em suas fileiras, a começar de seu próprio criador, o escritor paulista Plínio Salgado que, tendo participado da Semana de Arte Moderna de 1922, e apesar de sua longa e agitada carreira política, foi um prolífico autor até o fim de seus dias; dois outros líderes de destaque, como o cearense Gustavo Barroso, também já dono de uma carreira consolidada quando de sua inserção no movimento integralista, autor de romances sobre o sertão, obras folclóricas, historiográficas, talvez seja mais lembrado como o criador e “eterno” diretor do Museu Histórico Nacional (MHN) do Rio de Janeiro (da inauguração deste em 1922 até sua morte em 1959, com um breve interregno de afastamento entre 1930 e 1932), além de obra escrita muito extensa; e o também paulista Miguel Reale, ainda jovem estudante de direito, será mais tarde uma das grandes referências dos estudos jurídicos no Brasil.

Ainda no campo do direito, Gofredo da Silva Telles Jr. que permanece integralista até os anos 60, e apóia, como muitos deles, o golpe civil-militar-empresarial de 1964, será o famoso autor da “Carta aos Brasileiros”, que em 1977, rompe publicamente com o regime militar. Além disso, nomes como o folclorista Luís da Câmara Cascudo, que foi chefe “provincial” da AIB no Rio Grande do Norte, e Álvaro Vieira Pinto, uma das principais figuras do ISEB, “celeiro de idéias” do desenvolvimentismo no Brasil de Kubitschek a Goulart. Abdias do Nascimento, criador depois do “Teatro Experimental do Negro” e uma das mais importantes lideranças do movimento afrodescendente no Brasil, também militou nos quadros da AIB.

Entre as lideranças políticas e sociais que se criaram na “estufa” integralista, lembramos ainda do então Padre Hélder Câmara, militante ardoroso, conhecido depois como “Bispo Vermelho”; Alfredo Buzaid, então também estudante de direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, mais tarde ministro no governo Médici. O escritor Gerardo Mello Mourão que chegou a ser indicado ao Prêmio Nobel de Literatura em 1979, disse ter pagado um “tributo duro pelo resto de sua vida” por ter pertencido ao integralismo. Sem falar na presença, então anônima, de Vinicius de Moraes (que apesar de negar ter sido do movimento, teve um poema seu publicado na revista Anauê, e testemunhas tendo afirmado lhe ter visto de camisa-verde) e o

também poeta J. G. de Araújo Jorge que também teve versos seus publicados na Enciclopédia do Integralismo (1957-1962).

A lista poderia continuar, sobretudo se descêssemos a níveis estaduais e municipais. Mas, por ora basta. Como explicar tal entusiasmo intelectual por um movimento de “extrema-direita”, mais tarde tão anatematizado?

O integralismo se autointitulava “um movimento de idéias”. Mas declarar isso já explica tudo? Não. É necessário lembrar que, nos anos 20 e 30, sobretudo, num dos períodos que, segundo Hobsbawm, vicejavam “as guerras religiosas” do século XX (HOBSBAWM: 2010, 14-5), boa parte da intelectualidade se engajava não apenas política, mas ideologicamente, fazendo parte de movimentos e partidos, sobretudo dos “revolucionários”, tanto à esquerda, como à direita .

Muito mais conhecida é a militância de intelectuais na esquerda, sobretudo comunistas como Jorge Amado, Caio Prado Jr. e Oswald de Andrade, no Brasil; Bertolt Brecht, Lion Feuchtwanger e Antonio Gramsci, num plano internacional (se incluirmos artistas, a lista poderia se estender ainda mais).

Assim, nos diversos movimentos fascistas e/ou de extrema-direita dos vários países onde eles tiveram alguma força, os intelectuais tiveram participação relevante, às vezes em posições de liderança. Oswald Spengler e Carl Schmidt foram militantes e/ou apoiadores do Partido Nazista na Alemanha; Giovanni Gentile, Curzio Malaparte, Filippo Marinetti e Luigi Pirandello foram signatários do famoso “Manifesto dos Intelectuais Fascistas”, na Itália; William Butler Yeats, esteve presente entre os camisas-azuis irlandeses; Mircea Eliade e Emil Cioran, na Guarda de Ferro romena, dentre outros.

Nesse momento, a ideologia nasce e se consolida tendo como parâmetros externos os movimentos fascistas internacionais (sobretudo o fascismo italiano) e, definindo-se em relação ao movimento comunista mundial e ao liberalismo econômico e político, que naquele momento vivia uma fase de forte descrédito, sobretudo devido à crise econômica iniciada em 1929.

1932, o ano de criação da AIB, foi um ano-chave na reestruturação da ordem política brasileira após a chamada Revolução de 1930. Plínio Salgado, que em princípio

tinha sido contrário ao movimento, acaba se entusiasmando com o caráter autoritário do novo regime. Cria um jornal em São Paulo, A Razão, em cujos editoriais apoiava o governo federal e fazia sugestões ao novo governo. Por conta disso, o periódico foi empastelado pelas forças que vão deflagrar outra “revolução”, a de 1932. Plínio, que já tinha em maio redigido um novo manifesto político, tem que guardá-lo para depois do encerramento das hostilidades, em outubro. É lançado, pois, oficialmente, no dia 7, o “Manifesto de Outubro”, o documento fundador da AIB.

Até o final desse ano, e ao longo de 1933, Salgado e seus seguidores em vários pontos do Brasil (que se uniram a ele graças ao alcance de seus editoriais de A Razão, republicados em outros jornais do país) começaram a criar uma estrutura organizativa e uma parafernália simbólica inspirada nos fascismos europeus.

A imprensa integralista na década de 1930 formou um verdadeiro conglomerado de jornais (chamado “Sigma Jornais Reunidos”), com mais de cem títulos. É bem verdade que a maioria teve poucos números, alguns títulos não tendo passado do número único. Mas, houve pelo menos um jornal em cada um dos estados (do Amazonas ao Rio Grande do Sul), em algum momento, e mesmo quando tal ou qual núcleo “provincial” não possuía meios para manter um periódico próprio, era servido pelos órgãos de circulação nacional: o jornal diário (no início, semanal) A Offensiva, e as revistas Anauê (mensal) e Panorama (de periodicidade irregular). São Paulo tinha um jornal regional de grande porte: o diário Acção.

Essa imprensa divulgava a doutrina para os militantes de base, e todo o núcleo municipal tinha a obrigação de assinar A Offensiva. Como se pode imaginar, as notícias de caráter nacional e internacional passavam pelo filtro ideológico da agremiação. É bem visível em certos jornais, por exemplo, a admiração inequívoca que a AIB tinha em relação aos regimes mussoliniano e hitlerista, bem como ao Portugal de Salazar, e a movimentos de caráter fascista nos mais variados países, sempre vistos sob uma lente positiva. Durante determinado período, A Offensiva, cuja redação ficava no Rio de Janeiro, possuía uma coluna chamada “Fascismo Internacional”.

E o antissemitismo? Era um aspecto doutrinário do integralismo? Não podemos dizer que isso fosse um elemento estatutário. Contudo, sobretudo pela presença de Barroso, a AIB se tornou em algumas ocasiões uma forte caixa de ressonância do

antisemitismo no Brasil, e sua imprensa mostra isso. O próprio Barroso foi redator, sob o pseudônimo de João do Norte, de uma coluna, no citado diário carioca, chamada “Judaísmo Internacional”. No jornal paulista O Aço Verde, que circulou ao longo do ano de 1935, eram comuns artigos antijudaicos e que, normalmente associava os judeus ao capitalismo internacional, ao comunismo e à maçonaria.

Qual foi o alcance, em termos de classes sociais, da AIB? O integralismo foi um movimento de classes médias? Em geral, os partidos políticos brasileiros continuavam dominados pelas oligarquias regionais. Mesmo um partido que pretendia “republicanizar a República” como o Partido Democrático de São Paulo, apesar de sua intenção declarada em se abrir às classes médias, permaneceu, em grande medida, também um partido oligárquico. Tanto a AIB como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foram responsáveis, nesse sentido, por uma ruptura, fazendo com que os segmentos médios da sociedade tivessem plena participação e predominância nos mesmos. E ambas se abriram também para o operariado, que já vinha sendo cortejado pelo governo federal, através da criação (mas escassa aplicação) de leis trabalhistas (DOTTA: 2007).

Não temos números absolutos da presença de operários no movimento integralista, mas estatísticas de núcleos municipais e distritais, feitas pelos próprios integralistas ou pela polícia, indicam certa presença de trabalhadores assalariados. Novamente, a imprensa da agremiação mostra mais uma dedicação dos camisas-verdes em chamar os trabalhadores do que sua presença maciça. Tanto A Offensiva como Acção possuíam colunas sindicais, e houve um importante Congresso Sindical das Províncias Meridionais na então Capital Federal, em dezembro de 1936. A AIB tinha um departamento sindical e cursos de “formação sindical” com vistas a criar lideranças que militassem nas associações de trabalhadores e imprimissem a visão dos camisas-verdes de como deveria ser o papel sindical.

O auge da existência legal da AIB se deu entre 1936 e 1937. A onda anticomunista em parte causada pelo fracasso da revolta aliancista de 1935, em parte pelo medo e ódio pré-existente a ela e constantemente alimentado e realimentado pela imprensa, pelo governo, pela igreja, pelos próprios integralistas etc. beneficiou também a estes últimos, cujos pressupostos contrários ao “credo vermelho” já vinham sendo tonitroados em sua imprensa, literatura e discursos de norte a sul do país. Dois efeitos

mais visíveis desse sucesso foram as vitórias nas eleições municipais de 1936, e o crescimento numérico praticamente incessante de militantes. Tanto que esse aumento deu força suficiente à agremiação para lançar Plínio Salgado como um dos três candidatos a presidente da República nas eleições que ocorreriam no início de 1938.

O declínio se deu, ironicamente, logo em seguida a outra histeria anticomunista – esta totalmente inventada – a gerada pelo chamado Plano Cohen, divulgado pela imprensa em setembro de 1937. Convencido em negociações secretas com o governo para apoiar um endurecimento do regime em troca de um ministério, e tendo garantia de que os integralistas teriam liberdade de movimentação numa nova ordem, Plínio Salgado – e por extensão, os integralistas, atados ao Chefe pelo juramento de lealdade – apóia a proclamação do Estado Novo, em 10 de novembro daquele ano. O diário Ação, dirigido por Miguel Reale, é enfático ao demonstrar seu entusiasmo à nova ordem e à nova constituição nos dias seguintes ao autogolpe.

Durante o mês de novembro, há uma sensação inicial de que o integralismo breve seria partícipe do poder (em suas memórias, Miguel Reale diz que em algumas cidades, os prefeitos teriam chegado a se dispor a entregar o poder aos chefes integralistas locais; REALE, 1986). Apesar da suspensão das eleições presidenciais, a AIB continuava a manter uma existência legal e sua imprensa continuava ativa. Contudo, neste mesmo momento, a polícia começa a ter carta branca para perseguir os integralistas, bem como “estourar” e fechar suas sedes, o que os mantém confusos. No dia 3 de dezembro, o novo governo baixa um decreto fechando formalmente todos os partidos políticos, e tolerando sua transformação em organizações culturais e/ou esportivas. Todo o aparato simbólico do integralismo é proibido. Salgado, tentando manobrar o cada vez mais reduzido espaço político de que dispõe transformando a AIB em ABC – Associação Brasileira de Cultura - alegando que a mudança seria meramente de nomenclatura, pois o integralismo teria sido sempre um movimento “de caráter cultural” mais do que político.

Contudo, ao mesmo tempo em que as sedes da antiga AIB vão sendo fechadas pelos próprios integralistas, a polícia dos vários estados passa a prender militantes que se recusassem a obedecer as novas leis: assim, o uso público de uma camisa verde, a exibição de um sigma ou a pronúncia de um “anauê” era motivo suficiente para a prisão de um antigo correligionário (SILVA: 2010).

Ao longo dos primeiros meses de 1938, os integralistas passam por uma situação política indefinida. Legalmente funcionando através da ABC, com Plínio Salgado como seu presidente, apenas alguns dos jornais da outrora enorme rede de periódicos ainda circulam, sob pesada censura.

No dia 11 de maio daquele ano, alguns integralistas mais exaltados (segundo alguns, porém, com o conhecimento de Salgado, o que ele negaria depois) como Belmiro Valverde, aliados a outras personalidades descontentes com o Estado Novo (como Euclides Figueiredo e Otávio Mangabeira) tentam uma quartelada contra Getúlio Vargas, invadindo o Palácio Guanabara, na então capital federal, residência oficial do presidente. O levante é rapidamente debelado, os integralistas aprisionados no jardim do palácio e alguns são fuzilados sumariamente. Segue-se uma razia generalizada em todo o país contra os integralistas, jogando-os nas prisões. A partir deste momento, e durante todo o Estado Novo, o integralismo passa a ser visto de modo semelhante ao comunismo como inimigo do Estado. Convenientemente, no plano do discurso, o estado autoritário varguista coloca-se como regime moderado dentro do espectro político, afastando-se e reprimindo os radicalismos de esquerda (o comunismo) e direita (o integralismo).

Salgado torna-se uma figura indesejável na Nova Ordem getuliana. Assim, ele é preso e enviado para o exílio em Portugal em abril de 1939. O (ironicamente também chamado de) Estado Novo do primeiro-ministro Salazar acolhe o líder integralista, que permanecerá em terras lusitanas até 1946. Ali suas atividades se limitaram a palestras e à publicação de livros e artigos, todas de caráter filosófico e religioso, mantendo-se longe da política. Segundo declarou após o exílio, esteve gravemente doente e passou por dificuldades financeiras até 1942, quando lança seu “magnum opus”, A Vida de Jesus.

Porém, nem todos os líderes e ideólogos integralistas são incomodados pelo Estado Novo. Gustavo Barroso, Chefe da Milícia e número 2 da AIB, era amigo pessoal de Vargas, e mantém seu cargo de diretor do Museu Histórico Nacional. Miguel Reale, Chefe de Doutrina e terceiro na linha de sucessão, apesar de preso logo após os incidentes de 1938, fica pouco tempo na cadeia. Em 1943, torna-se professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, logo após ter-se aproximado do ditador.

Existem poucas obras sobre os integralistas durante o Estado Novo e, pelo que percebo da produção acadêmica atual, isto tende a mudar. Com a abertura dos arquivos dos DEOPS estaduais, um número grande de pesquisas em torno da esquerda nesses mesmos arquivos, um certo distanciamento histórico (o integralismo não é sentido como uma ameaça importante atualmente), dentre outros motivos, a ação (e sobretudo, coação sobre) os adeptos do Sigma durante a ditadura Vargas, já tem mostrado frutos.

Um outro campo que, até muito recentemente, a bibliografia se mostrava extremamente escassa diz respeito aos integralistas do pós-1945, o Partido de Representação Popular, muitas vezes, ignorado ou subestimado pela historiografia. O PRP (a não ser confundido com o antigo Partido Republicano Paulista, extinto em 1937) foi a tentativa de Salgado e seus seguidores de retornar à arena política depois da derrocada do nazifascismo na Europa. A relação dos camisas-verdes locais com os congêneres camisas-negras e pardas se tornou praticamente indelével, em parte por culpa dos próprios integralistas, em parte por uma propaganda contrária baseada, às vezes, em fatos reais e, às vezes, distorcida.

Apesar desse retorno, o protagonismo que o integralismo possuiu na década de 1930 não ressurgiu em fins dos anos 40 em diante, e isso por vários motivos. Primeiro, o desprestígio praticamente total do nazifascismo, com a revelação de seu crimes de guerra, bem como ao colapso total a que tais regimes levaram praticamente toda a Europa. Depois, a própria política e a sociedade brasileira estavam mudando. A começar pela nacionalização dos partidos, isto é, não havia mais a necessidade de partidos estaduais; os meios de comunicação e transportes, bem como os interesses comuns dos estados, suas elites e, cada vez mais, seus setores médios e classe operária, aproximavam as unidades da federação. Além disso, várias das propostas de modernização conservadora proposta pelos seguidores de Salgado foram concretizadas pelo Estado Novo e seus herdeiros políticos.

Restavam, pois, um clero conservador e resistente aos novos ventos de mudança do que virá a ser o Concílio Vaticano II, e um razoável eleitorado católico com eles identificado; e, o medo do anticomunismo de uma certa classe média (inclusive pequenos proprietários agrícolas), renovado pela maré montante da Guerra Fria (renovação da “guerra de religiões” hobsbawmiana); e, por fim, os velhos integralistas

que ainda se mantinham na antiga “fê”, eram a lenha na fogueira que garantiu uma certa continuidade e alguma estabilidade para o integralismo perrepista.

Estava, contudo, sem algumas das principais lideranças da velha AIB: Gustavo Barroso abandonou a vida político-partidária, dedicando-se quase que totalmente à direção do MHN (também deixara de escrever livros antissemitas, já que a atmosfera política pós-Holocausto não lhe permitiria); Miguel Reale, ao contrário, apesar de rompido com o integralismo, terá uma vida partidária bem intensa dentro do Partido Social Progressista (PSP), do cacique paulista Ademar de Barros; Olbiano de Mello que tentará, sem sucesso, criar uma corrente política chamada “solidarismo”; e Santiago Dantas, que chegará a ser deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chegando a chanceler do governo João Goulart.

Por conta desse desprestígio dos regimes fascistas, toda a simbologia integralista que pudesse ser relacionada àqueles foi abolida: Sigma, camisas-verdes, o “anauê”, a maior parte dos hinos e datas comemorativas foram abolidas etc. No lugar do Sigma, o símbolo do partido passa a ser um sino bimbalhante (tocando), como que para “despertar o Brasil”.

A rede de imprensa dos integralistas não consegue ser tão extensa quanto era antes do Estado Novo. Poucos órgãos se destacam. Houve uma sucessão de jornais de amplitude nacional, todos de circulação semanal: o primeiro deles foi Reação Brasileira, que circulou nos primórdios da organização do PRP, entre 1945 e 1946. Em seguida, Idade Nova, entre 1946 e 1951; e, o de maior longevidade, A Marcha, entre 1953 e 1965. Houve tentativas de lançamentos de revistas, como Seleções Populistas (1952, apenas uma edição) e Avante! (1950, três números trimestrais), todas de fôlego muito curto (CALIL: 2011).

Ao longo dessa nova fase institucional do movimento, além do PRP, os integralistas intentaram criar novas organizações políticas fora do âmbito partidário para abarcar uma gama maior de militantes. Estas foram: os Centros Culturais da Juventude, agrupadas dentro de uma Confederação, mais amplamente conhecida como “Movimento Águia Branca”, criada em 1952 - e que pretendia reunir sobretudo jovens universitários, com o objetivo de formar as novas lideranças integralistas; e a União

Operária e Camponesa do Brasil (UOCB), que tinha a intenção de arregimentar a classe trabalhadora urbana e rural.

Talvez a mais importante prova de fogo do integralismo do pós-guerra tenha sido a candidatura de Plínio Salgado a Presidência da República nas eleições de 1955. Depois da frustração do “Chefe Nacional” nas eleições suspensas de 1938 pelo golpe getulista, essa seria a real oportunidade de medir o potencial eleitoral verde de norte a sul do país.

Depois das tentativas da UDN de dissuadir Plínio de sua candidatura, as urnas deram cerca de 8% dos sufrágios, ficando em último lugar entre 4 candidatos (Juscelino Kubitschek, Juarez Távora e Ademar, além do chefe integralista). Apesar de parecer pouco, no plano regional coube algumas surpresas: a principal delas no Paraná, onde Salgado chegou a vencer em algumas cidades importantes, inclusive em Curitiba (SZVARÇA & CIDADE: 1989).

Tal vitória regional deu fôlego para que Plínio conquistasse seu primeiro cargo eletivo três anos depois, como deputado federal pelo próprio estado do Paraná. Nos planos regionais e locais, o PRP chega a eleger vereadores, prefeitos e deputados estaduais. Na Câmara Federal, formam uma pequena bancada, que se autodenomina de “Bancada Plínio Salgado”, liderada, obviamente, pelo próprio.

Em torno desse relativo sucesso, o partido se credenciou para participar de governos estaduais (como nos governos de Leonel Brizola no RS e Adhemar de Barros em SP) e inclusive federal (o PRP consegue cargo no Instituto Nacional de Imigração e Colonização) no governo Kubitschek.

Apesar de algum barulho causado pelas comemorações dos 25 anos do Manifesto de Outubro (outubro de 1957) e da “Primeira Marcha” (23 de abril de 1958), o apelo integralista pareceu cair dia-a-dia no início dos anos 60. A ponto de o partido, ao contrário de seu discurso e da simbologia (voltou a adotar publicamente o Sigma, por exemplo), não ser muito rigoroso ideologicamente para a entrada de novos partidários (um exemplo foi a entrada de um certo Nabi Abi Chedid nesse período).

Nas eleições presidenciais de 1960, os perrepistas apoiaram a candidatura do general Lott, com João Goulart, como vice. Contudo, com a renúncia de Jânio Quadros

e a posse de Jango, Plínio e seus seguidores apoiam a saída parlamentarista, que limitaria os poderes presidenciais. Mais tarde, os integralistas se unem aos esforços dos que pretendem derrubar Goulart, tendo Salgado participado da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Curiosamente, quem precipita a quartelada foi o velho integralista (embora sem maiores vínculos com o PRP) e criador do Plano Cohen, general Olímpio Mourão Filho, em sua coluna de tanques que parte de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964.

Ideologicamente vencedores, os integralistas também são atropelados pelo rolo compressor da ditadura: em outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2, que fecha os partidos políticos existentes até então, também engole o Partido de Representação Popular, apesar da oposição de Salgado e de seus partidários. Vencida, a bancada perrepista se recolhe em silêncio para a ARENA, incluindo o velho “Chefe”. Os integralistas, contudo, serão individualmente recompensados por seu apoio ao regime, alguns serão ministros como Alfredo Buzaid (Justiça, no governo Medici), João Paulo dos Reis Veloso (Planejamento, no período Geisel), ou Guido Mondin (Tribunal de Contas da União, também no período Geisel).

Depois de 1965, com a dissolução do PRP, o integralismo, enquanto movimento político, sofre acelerado declínio, apesar da sobrevivência legal de algumas de suas organizações, como os Centros Culturais da Juventude e da União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB). O jornal A Marcha deixa de circular e, com uma influência bem menor, surge um pequeno jornal, Renovação Nacional, dirigido por Jader Medeiros (presidente da UOCB).

Com a morte de Plínio Salgado, em dezembro de 1975, o revés integralista assumirá caráter definitivo. Há tentativas esparsas de reunião, de criação de clubes e afins, todas sem sucesso. Em 1981, sob a iniciativa de Rui de Arruda, antigo secretário de Salgado, é fundada a Casa de Plínio Salgado, que busca congregar os remanescentes da AIB e do PRP, criar uma instituição de memória para o integralismo (nos estatutos constam a idéia de museu e arquivo), e, sim, fazer proselitismo. Seus membros são além de Carmela Patti Salgado e Maria Amélia Salgado Loureiro – respectivamente, viúva e filha do “Chefe” – basicamente antigos membros do Grêmio Cultural Jackson de Figueiredo, da capital paulista.

Com o processo de abertura e a volta do pluripartidarismo, surgem tentativas da criação de um novo partido integralista como o PAI (Partido da Ação Integralista) e PAN (Partido de Ação Nacional), além da nova AIB, do velho perrepeista Anésio Lara Campos. Todos redundam em fracasso, mas Lara conseguirá trazer alguns holofotes da mídia sobre si, graças a algumas de suas posturas públicas, sobretudo a uma declarada simpatia sua ao nacional-socialismo, que os demais integralistas repudiam publicamente. Além disso, Lara se valerá de um dado novo: a crescente aproximação das novas tribos urbanas, notadamente os “Carecas do Brasil”, “Carecas do ABC” entre outras, que simpatizam com a ideologia integralista, e através de seus fanzines e reuniões, voltam a dar alguma visibilidade à simbologia integralista. Contudo, dado o caráter volátil dessas tribos urbanas, essa aliança se revela tênue e insuficiente para um “renascimento” do movimento.

Nos anos 90, surge um outro diferencial: a internet. Já desde os inícios dessa nova mídia, os integralistas – em sua grande maioria, jovens – põem-se a divulgar suas ideias, fotos e vídeos em sites, blogs e redes sociais. Os indivíduos e grupelhos que existiam isolados sem nenhuma representação passam a travar contatos entre si, e passam a fazer reuniões regionais e nacionais. Surgem, já no início do século XXI, a FIB (Frente Integralista Brasileira) e o MIL-B (Movimento Integralista e Linearista Brasileiro). Em seus sites, nos quais alegam que possuem núcleos em várias partes do país, publicam textos históricos e referentes a questões políticas atuais, e recontam a trajetória do movimento integralista desde os anos 30. Em geral, o discurso é semelhante ao da AIB, com duas exceções marcantes, de resto herança do discurso recauchutado do PRP: negação retórica do antissemitismo (embora subsistam críticas aos “judeus”), bem como repulsa ao fascismo e, sobretudo, ao nazismo (não obstante, o fascismo seja por vezes justificado como tendo sido um “mal menor” diante do comunismo).

Creio que na tentativa de responder à pergunta de inspiração blochiana de “para que estudar o integralismo”, as respostas poderiam ser várias, mas uma delas sem dúvida, seria para entendermos melhor as ações e a mentalidade autoritárias que jogaram um papel decisivo no século XX, no Brasil e no mundo. E o integralismo foi um ator fundamental desse processo.

## Referências

BERTONHA, João Fábio. **Bibliografia orientativa sobre o integralismo**. Jaboticabal: Funep, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CALIL, Gilberto Grassi. “A imprensa integralista no Pós-Guerra: os jornais Reação Brasileira, Idade Nova e A Marcha”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira & SIMÕES, Renata Duarte. **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Guaíba: Sob Medida, 2011, pp. 327-354.

CARNEIRO, Márcia Regina. “ ‘Eis que desponta outro arrebol’ O caminho traçado pelo boletim Alerta e o alvorecer da chamada 4ª Geração Integralista”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira & SIMÕES, Renata Duarte. **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**. Guaíba: Sob Medida, 2011, pp. 405-430.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. “Integralismo Proh Pudor! A crítica da grande imprensa frente às comemorações dos 25 anos do Integralismo”. In: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007, pp. 183-203.

COSTA, Márcia Regina da; ALMEIDA, Alexandre de. “Os skinheads brasileiros e os movimentos nacionalistas contemporâneos”. In: VICTOR, Rogério Lustosa. **À Direita da Direita – estudos sobre o extremismo político no Brasil**. Goiânia: Editora da PUC-Goiás: 2011, pp. 243-267.

DOTTA, Renato Alencar. “A experiência integralista em São Paulo e os trabalhadores urbanos”. In: SILVA, Giselda Brito (org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007, pp. 163-182.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Tradução: Marcos Santarrita.

REALE, Miguel. **Destinos Cruzados**. São Paulo: Saraiva, 1986.

SILVA, Giselda Brito. “Arquivos policiais e política autoritária: a função política dos arquivos policiais na repressão aos integralistas”. In: SILVA, Giselda Brito;

GONÇALVES, Leandro; PARADA, Maurício. **Histórias da Política Autoritária – Integralismos, Nacional-Sindicalismo, Nazismo, Fascismo**. Recife: Editora da UFRPE, 2010, pp. 235 – 250.

SZVARÇA, Décio; CIDADE, Maria Lúcia. “1955: O voto ‘verde’ em Curitiba”. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba, APAH, jun-dez 1989.